Câmara dos Deputados Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA

PROJETO DE LEI Nº

, DE 2011

(Do Sr. Laércio Oliveira)

Autoriza o revendedor varejista de combustíveis a recarregar vasilhames de gás liquefeito de petróleo no estabelecimento denominado posto revendedor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O revendedor varejista de combustíveis fica autorizado a promover a recarga, total ou parcial, de recipientes transportáveis de Gás Liquefeito de

Petróleo – GLP no estabelecimento denominado posto revendedor.

§ 1º A recarga será feita através de máquinas ou bombas de

enchimento que cumpram condições de padrões técnicos e de segurança, e em condições

de dosar a partir de 1 kg de gás.

§ 2º Poderão ser recarregados recipientes transportáveis com

capacidade de até 20 kg que atenderem aos requisitos técnicos e de segurança

estabelecidos pelos órgãos competentes.

§ 3º O revendedor varejista tem o direito de não recarregar

vasilhames incompatíveis com as condições de segurança estabelecidas.

Art. 2º A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e

Biocombustíveis - ANP regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 dias, contados

da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

E-mail: dep.laerciooliveira@camara.gov.br

Câmara dos Deputados Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA

JUSTIFICAÇÃO

O Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, popularmente conhecido como

gás de cozinha, é utilizado por mais de noventa por cento dos domicílios no Brasil, para a

cocção de suas refeições diárias. A despeito dessa enorme importância social, o Estado

não tem dado a atenção devida ao marco legal que disciplina a atividade de

comercialização desse combustível.

Com efeito, há um monopólio na produção e importação de GLP, e

poucas companhias têm o controle da atividade de distribuição desse produto.

A referida limitação na concorrência traz consegüências deletérias

em termos de preço e, mesmo, de oferta de novos produtos. Por essas razões, afigura-se

recomendável que os revendedores varejistas de combustíveis sejam autorizados a

promover a recarga, total ou parcial, de vasilhames transportáveis de GLP no posto

revendedor, a exemplo do que já ocorre em outros países.

Muitos destes estabelecimentos já possuem uma estrutura física e

funcional para a recepção de gás veicular, sendo que aquela necessária ao abastecimento

de GLP - mesmo tendo em vista ter este uma composição diferente do GNV e não

podendo ser usado para fins automotivos – não demanda muito mais espaço.

O equipamento para permitir a recarga não apresenta tecnologia de

difícil acesso, e seu custo, nos países que o adotam, não é elevado. Demais disso, o IPT,

em São Paulo, já tem estudos aprofundados a respeito. De toda forma, a adaptação

técnica para a recarga deverá obedecer a padrão de segurança estabelecido pelos órgãos

competentes.

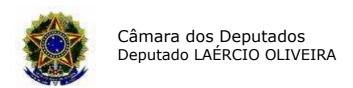
O problema inicial de segurança dos atuais botijões e outros

vasilhames de GLP poderá ser resolvido com o desenvolvimento de recipientes que

atendam a requisitos básicos que os tornem seguros e aptos ao condicionamento do gás;

então, tais recipientes poderão sofrer recarga nos revendedores varejistas, objeto de nossa

proposição.



É fácil constatar que a medida facilitará o dia a dia da população, possibilitando recarga total ou parcial, fazendo com que o consumidor adquira a exata quantidade de que necessita, contribuindo para a economia popular.

Sala de Sessões, em de fevereiro de 2001.

Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA